

SENTENÇA CÍVEL

PROCESSO Nº: _____

JUIZ(A) DE DIREITO: _____

VARA: _____

COMARCA: _____

AUTOR: _____

ADVOGADO(A): _____

OAB: _____

RÉU: _____

ADVOGADO(A): _____

OAB: _____

I – RELATÓRIO

Trata-se de ação ajuizada por _____ em face de _____,
na qual a parte autora alega os seguintes fatos e fundamentos jurídicos:

A parte ré apresentou contestação, arguindo preliminares e no mérito, alegou:

Foram produzidas as seguintes provas: documental, testemunhal, pericial, juntada de documentos,
entre outras,
conforme consta nos autos.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Preliminarmente, analisam-se as questões processuais suscitadas:

No mérito, verifica-se que:

A análise dos fatos e provas permite concluir que:

A legislação aplicável é a seguinte:

Jurisprudência pertinente ao caso:

III – DISPOSITIVO

Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial para:

Determino a condenação da parte ré ao pagamento de:

- Quantia de R\$ _____, corrigida monetariamente e acrescida de juros legais;
- Cumprimento das obrigações de fazer ou não fazer especificadas nos autos;
- Outras cominações legais, conforme requerido.

Condeno a parte ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em ___% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 85 do Código de Processo Civil.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

_____, ____ de _____ de _____.

Juiz(a) de Direito

Observações:

1. Esta sentença é proferida com base nos elementos constantes dos autos e legislação vigente;
2. Eventuais recursos deverão ser interpostos no prazo legal;
3. As partes devem cumprir as determinações constantes desta decisão.

FIM DA SENTENÇA

Fonte original deste documento:

<https://adv-modelo.com/sentenca-civil/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://adv-modelos.com>

Mais modelos

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.
Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.
Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.